



CARTA-MANIFESTO DE REATIVAÇÃO DA JN13

Reativar a JN13 é reconhecer uma urgência histórica. O Brasil continua sendo um país estruturado pelo racismo. E é a juventude negra quem segue pagando o preço mais alto de um modelo de sociedade que produz desigualdade, violência, exclusão e negação sistemática de direitos básicos, como o direito de viver plenamente.

A juventude negra brasileira não pode continuar ocupando apenas o lugar da resistência enquanto segue sendo diariamente empurrada para as estatísticas mais brutais produzidas pela desigualdade social e pelo racismo estrutural que organiza a sociedade brasileira desde sua formação.

A maior parte dos jovens brasileiros são negros e negras, mas seguimos sendo aqueles que menos acessam direitos, menos ocupam espaços de poder e mais sofrem as consequências de um país que ainda não enfrentou profundamente suas estruturas históricas de exclusão racial.

Seguimos sendo as principais vítimas de um modelo social que produz abandono, precarização e morte. Na educação, milhares de jovens negros seguem tendo sua trajetória interrompida antes mesmo de concluir o ensino básico. A evasão escolar atinge com maior força estudantes negros, especialmente aqueles que vivem nas periferias urbanas, nas áreas rurais e nos territórios historicamente negligenciados pelo poder público. Muitas vezes abandonar a escola não é uma escolha, mas consequência direta da pobreza, da necessidade de trabalhar cedo, da falta de políticas de permanência estudantil que dialoguem com a realidade e da ausência de perspectivas concretas sobre o futuro.

No mundo do trabalho, a realidade não é diferente. Jovens negros ocupam majoritariamente os empregos mais precarizados, recebem salários menores e enfrentam maiores taxas de desemprego quando comparados ao restante da população. Mesmo quando conseguem acessar formação profissional ou ensino superior, seguem enfrentando barreiras impostas por uma estrutura econômica profundamente desigual e racializada.

Mas é na violência que a face mais cruel dessa desigualdade se revela. A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aproximadamente 75% das vítimas de homicídio no Brasil são pessoas negras, sendo a juventude a parcela mais atingida dessa tragédia permanente. A cada ano, milhares de jovens negros têm suas vidas



interrompidas antes mesmo de poder sonhar, construir família, concluir seus estudos ou exercer plenamente sua cidadania.

O mesmo padrão se repete no sistema prisional brasileiro. Dados da SENAPPEN demonstram que cerca de 68% da população encarcerada no país é composta por pessoas negras, destas, 70% são jovens, evidenciando que o racismo não atua apenas na exclusão social, mas também estrutura o funcionamento das instituições de segurança e justiça.

Também é impossível falar da realidade da juventude negra sem enfrentar a chamada “guerra às drogas”, que tem alvo, território e cor definidos. Na prática, essa guerra tem servido para justificar a criminalização, o encarceramento e a morte da população negra e periférica, sobretudo da juventude. Por meio da estigmatização de jovens negros como suspeitos ou criminosos, o Estado brasileiro naturaliza abordagens violentas, operações policiais letais, violações de direitos e a interrupção de vidas inocentes. Essa lógica revela uma política de segurança pública marcada pelo racismo institucional e pela necropolítica, que define quais corpos devem ser protegidos e quais podem ser eliminados.

A violência urbana não pode ser tratada apenas como caso de polícia. Ela está profundamente ligada ao racismo, à desigualdade social, à ausência de direitos e à falta de investimento público nos territórios. Por isso, defendemos a construção de uma nova cultura de segurança pública, que coloque a vida e a dignidade humana no centro, com controle popular sobre as forças policiais, redução da letalidade policial, uso de câmeras corporais, enfrentamento ao encarceramento em massa e, no horizonte político, a desmilitarização das polícias. Enfrentar essa realidade exige fortalecer políticas sociais, reparatórias e permanentes, como o Plano Juventude Negra Viva, e consolidar uma agenda protagonizada pelo Movimento Negro brasileiro contra a violência policial e o extermínio da juventude negra.

Por trás de cada número existe uma realidade concreta. Existe uma juventude que precisa escolher entre estudar ou trabalhar para ajudar dentro de casa. Existe uma juventude que cresce sem acesso à cultura, ao esporte, à tecnologia, ao lazer e às oportunidades mínimas para desenvolver seus próprios projetos de vida.

Existe uma juventude que aprende desde cedo que o CEP onde nasceu, a cor da sua pele e o território onde vive muitas vezes determinam quais portas estarão abertas e quais permanecerão fechadas. E nós afirmamos com absoluta convicção: essa realidade não é natural. Essa realidade é resultado de decisões políticas.



Por isso, falar de juventude negra é também falar de reparação histórica. O Brasil foi construído sobre a exploração do povo negro, sobre a escravização, a negação da cidadania, a exclusão da terra, da educação, do trabalho digno e dos espaços de poder. A abolição formal da escravidão não foi acompanhada de políticas capazes de reparar os séculos de violência, exploração e desumanização impostos à população negra. Ao contrário, o Estado brasileiro seguiu reproduzindo mecanismos de exclusão que empurraram gerações negras para a pobreza, para a informalidade, para a violência e para a ausência de direitos.

Reparação é um dever histórico do Estado brasileiro. É reconhecer que as desigualdades raciais não são fruto do acaso, mas consequência direta de um projeto de país que por muito tempo negou ao povo negro o direito de existir plenamente. Defender reparação é defender orçamento público, ações afirmativas, permanência estudantil, direito à terra, trabalho digno, cultura, memória, segurança, saúde, participação política e condições reais para que a juventude negra construa seu futuro.

A luta da juventude negra também é uma luta pelo direito à memória, à identidade e à produção de conhecimento. Durante séculos, a história, a cultura e as contribuições do povo negro foram invisibilizadas, enquanto o racismo produziu estigmas que seguem limitando sonhos, oportunidades e perspectivas de futuro. Reafirmamos a importância de fortalecer políticas de valorização da cultura negra, da educação para as relações étnico-raciais, da implementação efetiva das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e da ampliação dos espaços de produção científica, artística e cultural protagonizados pela juventude negra. Não haverá emancipação plena enquanto nossa história continuar sendo silenciada e nossos saberes tratados como periféricos. Valorizar a identidade negra é também uma estratégia de enfrentamento ao racismo e de construção de um projeto democrático de país.

Toda vez que o orçamento público ignora a juventude negra, o Estado escolhe manter as desigualdades. Toda vez que políticas de combate ao racismo deixam de receber investimento adequado, o Estado escolhe prolongar estruturas históricas de exclusão. Quando municípios, estados e a própria União deixam de construir políticas permanentes voltadas para a proteção e valorização da juventude negra, o Estado escolhe permitir que milhares de jovens continuem sendo privados do direito ao futuro.

É por isso que afirmamos que o debate sobre juventude negra precisa necessariamente ser um debate sobre orçamento público. Não existe política pública e combate real ao racismo sem financiamento e sem investimento. Não



existe transformação estrutural se a juventude negra continua ausente das prioridades orçamentárias brasileiras.

Nesse sentido, entendemos que o Plano Juventude Negra Viva representa hoje uma das iniciativas mais importantes construídas pelo Estado brasileiro para enfrentar a desigualdade racial que atinge nossa geração. Reconhecemos a importância histórica do plano, mas acreditamos que o momento exige avançar ainda mais.

Não basta existir como política nacional se sua execução concreta não alcançar os territórios onde a juventude negra vive e enfrenta diariamente as consequências da exclusão. Defendemos que o Plano Juventude Negra Viva seja fortalecido como uma política permanente de Estado, com financiamento público robusto, contínuo e estruturado, garantindo que recursos federais cheguem diretamente aos estados e municípios para execução de programas concretos voltados ao combate ao racismo e à promoção da vida da juventude negra brasileira.

Defendemos investimentos permanentes em permanência estudantil e combate à evasão escolar, bem como, políticas massivas de geração de emprego, qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo negro. Mais cultura, esporte, tecnologia, saúde mental, inclusão digital e acesso à universidade.

Defendemos o fortalecimento de políticas de proteção para juventudes periféricas, quilombolas, rurais, indígenas, LGBTQIA + negras e todos aqueles historicamente invisibilizados pelas estruturas de poder.

Mas acima de tudo, defendemos um princípio fundamental: a juventude negra precisa estar no centro do orçamento público brasileiro. Nossa geração não pode continuar aparecendo apenas nas estatísticas da violência enquanto permanece ausente dos grandes investimentos públicos que definem o futuro do país.

A reativação da JN13 também se insere na longa trajetória de luta do Movimento Negro brasileiro. Não partimos do zero. Somos herdeiros e herdeiras do legado histórico e da trajetória das organizações, lideranças e coletivos que enfrentaram o racismo em diferentes momentos da história do país: do Teatro Experimental do Negro ao Movimento Negro Unificado, da CONEN, dos APNs, e tantas outras organizações de mulheres negras, quilombolas, periféricas, estudantis, religiosas de matriz africana e aos coletivos de juventude negra que seguem ocupando as ruas e os espaços institucionais.

Reconhecer essa história é afirmar que a juventude negra petista tem a responsabilidade de dialogar com os movimentos negros, aprender com suas formulações, respeitar sua autonomia e contribuir para que suas pautas se



transformem em política pública, orçamento e poder popular. A JN13 precisa ser instrumento de organização, formação e incidência política a serviço da luta antirracista, da reparação histórica e da construção de um projeto popular de país.

Foi nesse contexto que a construção da Juventude Negra Petista foi marcada por um processo contínuo de organização política, formação e elaboração coletiva, consolidado por meio dos encontros e seminários nacionais realizados desde 1998. Esses espaços foram fundamentais para formular uma agenda política voltada ao enfrentamento do racismo, à valorização da identidade da juventude negra e à ampliação de sua participação nos espaços de decisão do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sociais. Ao longo desse percurso, os debates articularam temas como identidade racial, história e resistência do movimento negro, os impactos do neoliberalismo, as relações entre raça e classe e o combate às estruturas racistas que limitam a participação da população negra na vida política e na produção do conhecimento.

Esse processo de organização consolidou a Juventude Negra Petista como um sujeito político coletivo, fortalecendo sua capacidade de formular estratégias de combate ao racismo e de defesa da igualdade racial. O acúmulo dessas experiências e formulações contribuiu para a fundação da JN13, em 2007, no contexto posterior ao ENJUNE, reunindo jovens oriundos do movimento negro, estudantil, sindical, cultural e popular em torno de uma agenda comprometida com a transformação social, a democracia e a justiça racial.

É preciso compreender que nossa tarefa histórica vai além da denúncia. Significa organizar politicamente uma nova geração negra comprometida em disputar espaços de poder, formular políticas públicas, construir novas lideranças e garantir que a juventude negra deixe definitivamente de ser tratada como problema e passe a ser reconhecida como protagonista central do desenvolvimento nacional.

Nós nos recusamos a aceitar um Brasil onde nascer negro continue significando ter menos oportunidades de estudar, trabalhar, viver e sonhar, que a juventude negra continue sendo a principal vítima da violência, da pobreza e da ausência do Estado.

Nós acreditamos em um país onde jovens negros possam viver integralmente suas potencialidades, ocupar universidades, centros de pesquisa, espaços culturais, instituições políticas, empresas, movimentos sociais e todos os lugares onde o futuro do Brasil está sendo decidido.

Nosso compromisso é com as vidas negras, com a justiça racial, com a reparação histórica e com a organização popular. Com um projeto de país onde nenhum jovem



negro seja condenado pela cor da pele, pelo território onde nasceu ou pela ausência de oportunidades. Chegou o tempo de construir uma nova geração politicamente organizada, enraizada nos territórios e conectada à história dos movimentos negros brasileiros, capaz de disputar o orçamento público e transformar políticas públicas em instrumentos concretos de reparação histórica. Precisamos garantir que a juventude negra brasileira não seja lembrada apenas por sobreviver, mas reconhecida por viver, criar, transformar e liderar o futuro deste país.

Sem investimento público não existe justiça racial. Sem reparação histórica não existe democracia plena. Sem juventude negra viva no centro do projeto nacional não existe futuro para o Brasil.